

-----**ACTA N.º 15/2009**-----

-----Aos cinco dias do mês de Agosto de dois mil e nove, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltaram a esta reunião os Senhores Vereador Rui Jorge Pinto Correia em virtude de estar a gozar um período de férias e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro, por se encontrar em serviço do Município, pelo que a Câmara deliberou aceitar a respectiva falta.-----

-----A reunião foi secretariada por Dina Maria da Silva, Assistente Técnica.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** pretendeu saber se anteriormente existiu ou não, algum Protocolo relativamente ao Parapente

em Linhares da Beira. Questionou novamente se os subsídios concedidos no âmbito do PAA já foram pagos. -----

-----De seguida e relativamente à Habitação Social, disse ter sido questionado por alguns moradores, sobre a existência ou não, da data de Agosto para o realojamento dos mesmos. -----

-----Outra questão, prende-se com o facto de ter solicitado um esclarecimento, em reuniões anteriores e que gostaria de ver respondida, sobre, qual a verba que era transferida para a CPCJ, por parte da Segurança Social. -----

-----Em resposta ao Senhor Vereador, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que relativamente à Habitação Social, não existe data prevista para o realojamento dessas pessoas, e esta é uma questão que está a ser tratada, com a maior celeridade possível. -----

-----Disse que irá ser feito um levantamento relativamente à verba que era transferida para a CPCJ, por parte da Segurança Social, para posteriormente dar conhecimento ao Senhor Vereador. -----

-----No que concerne ao PAA, disse que irá dar conhecimento dos subsídios pagos e os que se encontram em fase de pagamento. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----“**LIVRO – O N.º 14 NA INFANTARIA PORTUGUESA**”; -----

-----**ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMT – TERMOLIQID, L.DA**; -----

-----**DISTRATE DE ESCRITURA PÚBLICA DO ART. 149º DA MATRIZ RÚSTICA DE LINHARES**; -----

-----**REQUERIMENTO DE FÉRIAS DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**;-----

-----OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO QUINTA DO CHAFARIZ, COM
ALVARÁ N.º 2/93 – ALTERAÇÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ; --
-----CENTRO CULTURAL OS SERRANOS – PEDIDO DE SUBSÍDIO; ---
-----REQUERIMENTO DE FÉRIAS DO SENHOR VEREADOR, DR.
ANTÓNIO SILVA; -----
-----JUNTA DE FREGUESIA DE RATOEIRA – PEDIDO DE SUBSÍDIO; -
-----EXPROPRIAÇÃO DE TERRENOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO
DA DUPLICAÇÃO DO IP5/A25 (PARCELAS: 137B, 137C E 137D).-----

-----I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA
VINTE E DOIS DE JULHO DE DOIS MIL E NOVE -----

-----Foi presente a acta número catorze, da reunião ordinária do
Executivo de vinte e dois, de Julho de dois mil e nove, cujo texto foi
previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior
aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria,
com uma abstenção.-----

-----Absteve-se o Senhor Vereador Hélder Bruno, por não ter estado
presente na referida reunião.-----

-----II - SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO
URBANO-----

-----ASSUNTO: CORTE DA CIRCULAÇÃO DO TRÂNSITO-----

-----Requerente: Mordomos das Festas em Honra de Nossa Sr.^a da
Saúde-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º 155, Reg. 9050, datada
de 21/07/2009, referindo que analisada a exposição feita pelos Mordomos
das festas de Quintãs, freguesia de Linhares da Beira, onde pretendem
cortar a circulação do trânsito no sítio das Quintãs, Rua do Soito, nos dias
7, 8, 9 e 10 de Agosto, informam que não há qualquer inconveniente na

interrupção de circulação automóvel, desde que seja sempre salvaguardada a possibilidade de circulação automóvel dos residentes, bem como, a circulação dos veículos prioritários, devendo ser colocada a sinalização conforme planta.-----

-----Caso venha a ser autorizado a interrupção da circulação automóvel, deverão os respectivos serviços administrativos da autarquia, informar desse facto à GNR, Bombeiros Voluntários, bem como, à população em geral através de editais/avisos.-----

-----**A Câmara deliberou autorizar o corte de circulação de trânsito no sítio das Quintãs, Rua do Soito, freguesia de Linhares da Beira, nos dias 7, 8, 9 e 10 de Agosto, desde que, seja sempre salvaguardada a possibilidade de circulação automóvel dos residentes, bem como, a circulação dos veículos prioritários, devendo ser colocada a sinalização conforme planta.**-----

-----**Foi ainda deliberado, que deverão os respectivos serviços administrativos desta autarquia, informar desse facto à GNR, Bombeiros Voluntários, bem como, à população em geral através de editais/avisos.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**III - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: TUTORES PEPAL**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Recursos Humanos, datada de 29/07/2009, referindo que de acordo com o estabelecido no ponto 12 da circular “*REGRAS E ORIENTAÇÕES PARA O PROCESSO DE SELECÇÃO E RECRUTAMENTO DOS ESTAGIÁRIOS NO ÂMBITO DA 3.ª EDIÇÃO DO PEPAL*” é necessário que seja o órgão executivo a designar os tutores do PEPAL, pelo que solicitam que, considerando a data em apreço, se nomeiem os mesmos, tendo que se enviar posteriormente a presente designação a reunião do órgão executivo para ratificação nos

termos do n.º 3, do artigo 68º, da Lei n.º 169/99 com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002. -----

-----Mais informam que as áreas nas quais é necessário nomear tutores são: Eng. Informática (2), Eng. Agro-Pecuária (1), Relações Económicas – Comunicação Social (1) e Turismo. -----

-----**A Câmara deliberou nomear como tutores do PEPAL: na área de Eng. Informática, António Agostinho Ribeiro Ferreira e Carlos Manuel Afonso Dias, na área de Eng. Agro-pecuária, Margarida Coutinho Lopes, na área de Relações Económicas – Comunicação Social, Margarida Maria Gonçalves Amaro e na área de Turismo, João Carlos da Silva Morgado.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: CERTIFICADO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA O TRABALHO POR ESTADO DE DOENÇA (SR. PRESIDENTE)**----

-----Foi presente certificado de incapacidade temporária para o trabalho por estado de doença do Senhor Presidente da Câmara, informando que esteve de atestado, do dia vinte e dois de Julho, até ao dia dois de Agosto de dois mil e nove. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**IV - JORGE MARIA FRAGOSO PIRES**-----

-----**ASSUNTO: PARA QUE FIQUE NA HISTÓRIA (Uma Democracia que Garanta a Coesão Nacional)**-----

-----Foi presente ofício datado de 21/07/2009, em nome de Jorge Maria Fragoso Pires, enviando texto relativamente ao assunto em epígrafe, dado tratar-se de um assunto de Interesse Nacional. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**V - ESCOLAS DE PARAPENTE – PORTUGAL**-----

-----**ASSUNTO: CAMPEONATO NACIONAL DE PARAPENTE - V**
FESTIVAL DE PARAPENTE DE LINHARES DA BEIRA-----

-----Foi presente ofício datado de 26/07/2009, em nome das Escolas de Parapente – Portugal, referindo que o Campeonato Nacional de Parapente terminou em Linhares da Beira com edição mais competitiva de sempre. ----

-----A Prova Rainha da Serra da Estrela foi a última das 5 Etapas do Campeonato Nacional de Parapente e assumiu a candidatura ao acolhimento, no próximo ano, da Taça do Mundo.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**VI - GABINETE CULTURAL**-----

-----**ASSUNTO: INTERRUÇÃO DAS SESSÕES DE CINEMA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Cultural, referindo que tendo em atenção que no mês de Agosto, a maior parte das pessoas se encontra de férias, e que a oferta de eventos em todas as freguesias é bastante diversificada, não sendo o Cinema uma actividade com procura durante este período, propõe que as sessões de Cinema sejam interrompidas durante todo o mês de Agosto, sendo retomadas em Setembro.-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dizer que no mês de Julho houve uma fraca adesão de público, como se pode verificar na relação em anexo, não se tendo realizado alguns dos filmes por diversas vezes, devido à falta de espectadores.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse entender as razões subjacentes a esta quebra de movimento no cinema. Pretendeu ainda, saber quais os custos associados à passagem dos filmes, e o que

acontece nos outros meses do ano? Será que o que está a acontecer é exclusivo do mês de Agosto?-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que têm apostado em bons filmes, mas mesmo assim, nota-se uma quebra, devido à proximidade das salas de cinema (Viseu e Guarda), sendo este, talvez o factor mais importante.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** pretendeu saber a partir de que número de espectadores, compensa passar os filmes e o que acontece nos concelhos limítrofes. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que o cinema não dá lucro, e que só compensa passar os filmes se estiverem presentes, pelo menos, meia sala de espectadores. Acrescentou ainda, que o cinema daria lucro se tivessem os filmes quando estreiam, situação que é impossível. ----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** considerou que esta questão é bem mais profunda e sugeriu que fosse repensada uma forma de dinamizar um espaço como aquele. -----

-----Concorda com o encerramento do cinema no mês de Agosto, devido aos factos apresentados. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o cinema não pode ser visto numa perspectiva de rentabilidade, até porque, nunca deu lucro. Disse que apesar de encerrar durante o mês de Agosto, têm uma agenda cultural bastante diversificada para este mês. -----

-----**A Câmara deliberou proceder à interrupção das Sessões de Cinema durante todo o mês de Agosto, sendo as mesmas retomadas no mês de Setembro.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**VII - BY - MÁQUINAS DE COMPACTAÇÃO E PRENSAS - RENTING - SISTEMA DE CONTENTORES SUBTERRÂNEOS** -----

-----Foi presente ofício datado de 09/07/2009, em nome da empresa BY – Máquinas de Compactação e Prensas – Renting, Lda., referindo que esta empresa comercializa equipamentos de recolha, trituração, separação, compactação, e reciclagem de resíduos, que juntamente com o seu fornecedor H&G apresentam um sistema inovador de acondicionamento de resíduos. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**VIII - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E OUTROS** -----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DO USO/UTILIZAÇÃO DO TERRENO ONDE SE VERIFICA O FESTIVAL ANUAL DE LANÇAMENTO DO PARAPENTE EM LINHARES DA BEIRA – RATIFICAÇÃO** -----

-----Foi presente Protocolo que se anexa à presente acta (**anexo I**), submetendo para aprovação do Executivo e ratificação das respectivas assinaturas, o protocolo assinado entre o Município de Celorico da Beira e Vitalina de Jesus Proença Salgado e marido Afonso Lopes Salgado; Maria da Natividade Proença e marido José Augusto Prata Coelho e Maria José Proença Santiago e marido José Coelho Santiago, relativamente à cedência do uso/utilização do terreno onde se realiza o Festival Anual de Lançamento do Parapente em Linhares da Beira. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que ficou bastante preocupado aquando da realização do Open Parapente, uma vez que, um dos outorgantes do referido Protocolo o contactou, dizendo que como não

existia até à data, nenhum Protocolo assinado não se iria realizar este evento, mas afinal era só uma questão de tempo.-----

-----Concorda com a realização deste Protocolo, mas fez uma chamada de atenção, para que futuramente estas situações sejam acauteladas antecipadamente, uma vez que, o Open Parapente já se realizou e o referido Protocolo só agora é que é presente a reunião.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que nos anos anteriores sempre falou com os proprietários do terreno, tendo acontecido o mesmo este ano, embora mais tarde. Deu conhecimento de que se tratam de 20 hectares de terra situados na serra e que com este Protocolo salvaguarda-se a situação para se concretizar este evento. Informou ainda, que providenciou no sentido de haver uma segunda pista de aterragem.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** questionou se nos anos anteriores havia sido efectuado algum pagamento aos proprietários, pela utilização do referido terreno.-----

-----Em resposta, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que não foi paga qualquer importância, mas que sempre foram autorizados a utilizar aquele espaço. -----

-----A Câmara deliberou aprovar o protocolo, bem como, ratificar as suas assinaturas, entre o Município de Celorico da Beira e Vitalina de Jesus Proença Salgado e marido Afonso Lopes Salgado; Maria da Natividade Proença e marido José Augusto Prata Coelho e Maria José Proença Santiago e marido José Coelho Santiago, relativamente à cedência do uso/utilização do terreno onde se realiza o Festival Anual de Lançamento do Parapente em Linhares da Beira.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**LIVRO – O N.º 14 NA INFANTARIA PORTUGUESA**-----

-----Foi presente ofício n.º 1758/09, datado de 24/07/2009, proveniente do Ministério da Defesa Nacional – Exército Português – Brigada de Intervenção – Regimento de Infantaria N.º 14, referindo que o Historial do Regimento de Infantaria N.º 14 (RI14) não pode ser dissociado da cidade de Viseu e da região da Beira Alta onde se insere, não fosse também o RI14 o herdeiro de todo o Património Histórico da Infantaria das Beiras. -----

-----Referem ainda que pretendem estreitar e reconhecer o valor da História e dos valentes Beirões, que nela serviram, propõem-se actualizar e complementar a História do RI14, descrita no livro do capitão Balula Cid, “O N.º 14 na Infantaria Portuguesa” (1951) e creditar o passado recente, desde 1950 até aos dias de hoje, na elaboração de uma publicação, a editar após o Verão, solicitando acolhimento para este projecto. -----

-----**Tendo em vista a obtenção de mais esclarecimentos acerca do assunto, a Câmara deliberou solicitar informação mais pormenorizada, para que posteriormente seja possível apoiar este projecto.**-----

-----**ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMT – TERMOLIQUID, L.DA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 27/07/2009, dando conhecimento de que foi requerido pela empresa sociedade “Termoliquid Lda.”, com futura sede na Rua do Picoto n.º 2, cave, fracção autónoma AA., inscrita no artigo matricial da freguesia de São Pedro, com o n.º 1995, nesta Vila, a isenção do pagamento do Imposto Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 43.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de Junho. -----

-----Mais informa que a pretensão da requerente enquadra-se na deliberação da Assembleia Municipal de 16/11/2007 onde é referido que: ---

-----Ficam isentas do pagamento de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis as aquisições:-----

-----a) Por jovens, com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, de prédio ou fracção autónoma, de prédio urbano situado nas áreas beneficiárias, destinado exclusivamente a primeira habitação própria e permanente, desde que o valor sobre o qual incidiria o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados, acrescidos de 50%;-----

-----b) De prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente à actividade das empresas. -----

-----**A Câmara nos termos do disposto no art. 43.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 53-A/2006 de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho, deliberou isentar do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), a empresa “Termoliquid Lda.”, PC n.º 501 525 882, referente ao imóvel sito na Rua do Picoto n.º 2, cave, fracção autónoma AA., inscrita no artigo matricial da freguesia de São Pedro, com o n.º 1995, nesta Vila.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**DISTRATE DE ESCRITURA PÚBLICA DO ART.º 149.º DA MATRIZ RÚSTICA DE LINHARES**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 05/08/2009, com o seguinte teor:-----

-----“No dia onze de Fevereiro de dois mil e nove, foi celebrada no Cartório Notarial de Celorico da Beira, Escritura Pública de Justificação Notarial, na qual por lapso se inclui um prédio rústico, sito em Tapada da Eira, composto por terra de cultura com oliveiras, videiras e árvores de fruto, com a área de sete mil, quinhentos e sessenta e quatro metros e dezasseis centímetros quadrados, a confrontar de Norte, Sul, Nascente e

Poente com Caminho, inscrito na respectiva matriz rústica da freguesia de Linhares, sob o artigo 149.º e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira.-----

-----Em face do sucedido (inclusão indevida do prédio), e não querendo o Município de modo algum apropriar-se de bens que não lhe pertençam, deverá o Município proceder a Distrate da Escritura Pública da Justificação Notarial, celebrada em 11/02/2009 constante do Livro 52-P a fls. 23 e 24, por forma a não constar da mesma escritura, o referido prédio. -----

-----Assim propõe-se que se delibere, em minuta o Distrate da Escritura Pública de Justificação Notarial celebrada pelo Município no dia 11/02/2009 quanto ao prédio supra descrito, devendo no acto estar presente o representante do Município.”-----

-----**A Câmara deliberou proceder ao Distrate da Escritura Pública de Justificação Notarial, celebrada pelo Município no dia 11/02/2009, relativamente ao prédio supra descrito, devendo no acto estar presente o representante do Município.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**REQUERIMENTO DE FÉRIAS DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Foi presente um requerimento do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 05/08/2009, informando que estará de férias, no período de 17 a 21 de Agosto de 2009. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO QUINTA DO CHAFARIZ, COM ALVARÁ N.º 2/93 – ALTERAÇÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ** ---

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de 05/08/2009, referindo que foi solicitada informação sobre a possibilidade de

se efectuar a alteração às especificações do alvará n.º 2/93, designadamente alterar o uso previsto inicialmente de “habitação e comércio” para “habitação, comércio, serviços e estabelecimentos de restauração e bebidas”. -----

-----Na sequência da Informação do Gabinete Jurídico que recaiu sobre a Informação Técnica com o registo n.º 2190/2009, que refere que a consulta pública deverá ser efectuada nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, sendo todas as despesas suportadas pelo requerente, deverá então considerar-se a remissão para o Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, artigo 77º com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 16 de Setembro. -----

-----Assim, a consulta pública deve ser anunciada com a antecedência mínima de cinco dias, não podendo a sua duração ser inferior a 30 dias. Ainda nos termos do referido artigo 77º, a Câmara Municipal procede à abertura do período de consulta pública, através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da Comunicação Social e da respectiva página da Internet, do qual consta a indicação do período de consulta pública, e a forma como deve ser apresentada a reclamação. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou proceder à abertura do período de consulta pública, referente à alteração do alvará de loteamento n.º 2/93, nos termos previstos no art.º 77º do D.L. 380/99, de 22/9, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007 de 16/9.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**CENTRO CULTURAL OS SERRANOS – PEDIDO DE SUBSÍDIO** ----

-----Foi presente ofício datado de 05/08/2009, em nome do Grupo Cultural “Os Serranos”, solicitando um subsídio no montante de 1.000€ (mil euros). -----

-----**A Câmara deliberou atribuir um subsídio no montante de 1.000€ (mil euros), ao Grupo Cultural “Os Serranos”.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**REQUERIMENTO DE FÉRIAS DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO SILVA**-----

-----Foi presente um requerimento do Senhor Vereador, Dr. António Graça Silva, datado de 05/08/2009, informando que estará de férias, no período de 10 a 14 de Agosto de 2009.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**JUNTA DE FREGUESIA DE RATOEIRA – PEDIDO DE SUBSÍDIO** --

-----Foi presente ofício da Junta de Freguesia de Ratoeira, referindo que esta Junta de Freguesia fez uma doação de dois terrenos a favor da ACPTAR, para a construção da Sede, que servirá de apoio à futura praia fluvial, tendo sido já aprovado o respectivo projecto.-----

-----Referem ainda, que a Junta já adquiriu dois terrenos para projectar dois projectos importantes para a Freguesia e para o Concelho (Praia Fluvial e Lar de Idosos), estando neste momento, com recursos financeiros insuficientes, solicitando um subsídio financeiro no montante de 15.000,00€ (quinze mil euros), ou seja, 10.000,00€ (dez mil euros) para aquisição de terreno e 5.000,00€ (cinco mil euros) para a vedação de terreno, para a realização do referido projecto. -----

-----Propõem ainda, que se proceda à elaboração de um Protocolo, que possibilite o Município de utilizar a infra-estrutura para actividades de campismo e realização de actividades com idosos, bem como, crianças e jovens. -----

-----A Câmara deliberou atribuir um subsídio no montante de 15.000,00€(quinze mil euros), à Junta de Freguesia de Ratoeira, para a realização do projecto supramencionado. -----

-----Mais foi deliberado, que posteriormente seja elaborado um Protocolo com o objectivo de o Município de Celorico da Beira utilizar a infra-estrutura para actividades de campismo e realização de actividades com idosos, bem como, crianças e jovens.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----EXPROPRIAÇÃO DE TERRENOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA DUPLICAÇÃO DO IP5/A25 (PARCELAS: 137B, 137C E 137D) -----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, referindo que relativamente ao assunto supramencionado, informando que é necessário que o executivo delibere acerca da aprovação da proposta do valor indemnizatório, proposto pelas Estradas de Portugal, SA, resultante das expropriações das parcelas identificadas como 137B, 137C e 137D, no âmbito da duplicação do IP5/A25. -----

-----Refere ainda que é necessário nomear um representante do executivo para outorgar o Auto de Expropriação e recebimento do valor a celebrar com a EP, SA.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, na sua reunião ordinária no dia 05/08/2009, aprovar a proposta do valor indemnizatório proposto pelas Estradas de Portugal, SA, resultante das expropriações das parcelas a destacar dos prédios urbanos inscritos nas matrizes sob os artigos e descritos na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira, indicados no quadro seguinte: -----

Parcela	Expropriado	Concelho	Freguesia	Urb/Rust	Artigo	Descrição	Área da parcela (m2)	Valor do acordo
137B	Câmara Municipal de Celorico da Beira	Celorico da Beira	S. Pedro	urbana	1751	930	583	20.405,00 €

137C	Câmara Municipal de Celorico da Beira	Celorico da Beira	S. Pedro	urbana	1741	920	652	22.820,00 €
137D	Câmara Municipal de Celorico da Beira	Celorico da Beira	S. Pedro	urbana	2002	932	100	3.500,00 €

-----**Mais deliberou nomear como representante para outorgar o Auto de Expropriação e recebimento do valor a celebrar com a EP, SA, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng. José Francisco Gomes Monteiro.**-----

-----**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----Por fim, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que os Julgados de Paz irão funcionar em Celorico da Beira, sendo que o Concelho pode congratular-se. Será co-financiado e irá libertar o Tribunal dos muitos processos, sendo este, mais um equipamento e um serviço para o Concelho de Celorico da Beira.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** informou de que o Município de Celorico da Beira já recebeu a aprovação do Programa Pagar a Tempo e Horas.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Dina Maria da Silva, que a secretariei. --